



SENADO FEDERAL

Comissão de Educação e Cultura

50ª Reunião Extraordinária – 05/09/2024

Resumo da Audiência Pública Interativa

Finalidade: Debater "as cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura".

Requerimento relacionado: [REQ 80/2024](#) - CE - Senador Paulo Paim (PT/RS). [REQ 22/2024](#) - CE - Senador Paulo Paim (PT/RS).

Projeto de lei relacionado:

Participantes: **Mariana Braga Teixeira**, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura; **Letícia Cesarino**, Chefe da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MCDH); **Vanessa Machado**, Diretora Substituta de Políticas de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial (MIR); **Yuri Michael Pereira Costa**, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União (DPU); **Cleber Santos Vieira**, Assessor da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC).

Mariana Braga Teixeira, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura (MinC)

Principais tópicos abordados pela convidada:

- ✓ As ações afirmativas são desenvolvidas para conseguir assegurar que as políticas culturais no Brasil sejam destinadas e contemplem as culturas e expressões afro-brasileiras, e que as pessoas negras tenham o seu direito à cultura também assegurado.
- ✓ As ações afirmativas na cultura têm especificidades que vão além das já conhecidas na educação e concursos públicos.
- ✓ O cidadão brasileiro, especialmente os negros, enfrenta dificuldades de acesso a projetos culturais, o que justifica ações afirmativas direcionadas a esse público.
- ✓ Há necessidade de apoiar expressões culturais de populações diversas, que frequentemente carecem de ações afirmativas para seu desenvolvimento.
- ✓ É essencial atentar para a desconcentração territorial, assegurando que os recursos culturais sejam distribuídos de maneira mais equitativa, reconhecendo que a cultura é dinâmica e ocorre em todos os territórios.



SENADO FEDERAL

- ✓ A ausência de investimento em expressões culturais em determinados locais resulta na precarização e até extinção dessas práticas.
- ✓ As políticas culturais visam corrigir desigualdades, incluindo a falta de representação de negros e mulheres em funções na economia da cultura.
- ✓ A aplicação de ações afirmativas não se limita a cotas, mas inclui bonificações e critérios diferenciados de pontuação em editais ou categorias específicas dedicadas a determinados grupos.
- ✓ Necessidade de procedimentos simplificados de inscrição em outros formatos, como vídeo e orais, que possibilitam a garantia ao acesso a fazedores e a trabalhadores e trabalhadoras da cultura que não estejam tão habituados com essa linguagem mais formal.
- ✓ Desafio de lidar com outros idiomas nas ações culturais, como, por exemplo, as línguas indígenas.
- ✓ Destaca a necessidade de garantir acessibilidade arquitetônica, atitudinal e comunicacional em equipamentos culturais.
- ✓ Enfatiza o protagonismo das pessoas com deficiência, reconhecendo intersecções, como artistas negros com deficiência.
- ✓ Importância da regionalização dos recursos culturais para apoiar práticas e expressões culturais específicas a certos territórios, especialmente as culturas negras.
- ✓ Implementação de ações afirmativas observando os projetos que contribuem com a temática de promoção da igualdade racial, de gênero, de inclusão dos povos indígenas e afrodescendentes, pessoas com deficiência.
- ✓ Ações afirmativas estão sendo pensadas para a composição das comissões de avaliação e campanhas de promoção da cidadania e diversidade cultural, focadas em direitos humanos e combate à violência e discriminação.
- ✓ Projetos que beneficiam populações negras ou periféricas ganham prioridade em processos de seleção com critérios afirmativos.
- ✓ Em alguns casos, não é necessária a comprovação de endereço para comunidades indígenas, quilombolas, ciganas e pessoas em situação de rua, visando garantir o acesso à cultura.
- ✓ Experiências como a revista Conexão, Cultura e Pensamento, criada por artistas e pesquisadores indígenas, destacam o protagonismo dessas vozes.
- ✓ Ações afirmativas também se voltam para a formação e capacitação de grupos específicos, como indígenas e negros, garantindo que possam acessar as oportunidades culturais de forma equitativa.
- ✓ As estratégias são construídas com participação social, tornando-as dinâmicas e adaptáveis conforme novas demandas surgem.



SENADO FEDERAL

✓ O Ministério da Cultura está coordenando a implementação de ações afirmativas em todos os estados e 98% dos municípios brasileiros, em parceria com secretarias e entidades, como parte de um esforço nacional para garantir a transversalidade das políticas afirmativas.

✓ O Ministério possui experiência com ações afirmativas voltadas para pessoas negras, indígenas, com deficiência, além de mulheres, LGBTQIAPN+, idosos, refugiados, entre outros.

✓ Foi criado um comitê para monitorar e articular as políticas culturais com foco na diversidade, igualdade de gênero e raça, coordenado pela Assessoria de Participação Social e Diversidade.

✓ Cerca de 60% das iniciativas do Ministério da Cultura são editais, e embora a maioria ainda esteja em execução, 17% já estão sendo avaliadas.

✓ Mais de 50% das ações afirmativas envolvem cotas para grupos como pessoas negras, indígenas, com deficiência, mulheres, e LGBTQIAPN+. Também são lançados editais específicos para esses grupos, considerando intersecções como mulheres negras no audiovisual.

✓ Projetos que incluem profissionais de grupos vulneráveis, como pessoas negras, recebem bonificações, e há foco em regiões periféricas e comunidades tradicionais. Há também projetos voltados para crianças, idosos, e grupos específicos como negros e idosos de periferias.

✓ Mais de 50% das iniciativas visam desconcentrar recursos para regiões com baixo IDH e presença cultural limitada, como quilombolas e indígenas, com foco em regiões rurais, comunidades periféricas e espaços de internação.

✓ Todas as entidades ligadas ao Ministério da Cultura, como a Funarte e o Instituto do Patrimônio Histórico, executam ações afirmativas.

✓ Exemplos de editais incluem o Edital Ruth de Souza que foi 100% para mulheres e teve cotas para mulheres negras e mulheres indígenas. Outro exemplo, é o Curta para Mulheres que foi dedicado exclusivamente para mulheres, 50% das mulheres diretoras selecionadas são negras ou indígenas; também todas as regiões do Brasil foram contempladas.

✓ O Comitê Gestor do Fundo Setorial promove a inserção de novos talentos no setor audiovisual, com foco na diversidade étnico-racial e de gênero.

✓ O Edital Carolina Maria de Jesus foi dedicado a mulheres escritoras estreadas, principalmente negras e indígenas, e o Prêmio Pontos de Leitura premiou bibliotecas comunitárias com cotas étnico-raciais.

✓ As bibliotecas públicas e comunitárias são muito importantes, principalmente quando falado como estratégia para a superação dos desafios que a gente tem em relação à juventude negra.



SENADO FEDERAL

- ✓ O MinC teve o Prêmio Pontos de Leitura, com premiação de 300 bibliotecas comunitárias, em que teve ações afirmativas e pontuação extra para determinados grupos, inclusive cotas étnico-raciais.
- ✓ Implementa ações afirmativas com foco em comunidades tradicionais e cultura hip hop, com estratégias para preservar expressões culturais afro-brasileiras.
- ✓ A implementação das ações afirmativas acontece em parceria com estados e municípios, com o fortalecimento de órgãos gestores e a participação social, adaptando políticas à realidade local.
- ✓ Essas ações afirmativas são discutidas dentro dos conselhos e dos espaços de participação social do território, para que elas sejam ajustadas a partir da realidade dos territórios brasileiros.
- ✓ A Lei Paulo Gustavo tem cotas mínimas de 20% para pessoas negras e 10% para pessoas indígenas e está em execução até o final do ano, estando em processo de implementação.
- ✓ Um grande marco é Instrução Normativa nº 5, e é a primeira vez que tem uma instrução normativa que disciplina regras e procedimentos para a implementação de ações afirmativas com as especificidades da cultura e traz essa especificidade territorial. Ela traz as orientações que devem ser feitas conforme as legislações federais, estaduais e municipais; as realidades culturais e sociais de cada ente federativo; e a elaboração em conjunto com os espaços de participação social, conselhos, comitês e fóruns.
- ✓ A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura aumenta para 25% o mínimo para pessoas negras, 10% para pessoas indígenas e insere 5% para pessoas com deficiência, entendendo a importância de trazer a pessoa com deficiência não só com um olhar como público da ação cultural, mas também como protagonista, como artista; tanto a pessoa quanto a própria expressão cultural, a cultura surda.
- ✓ A Instrução Normativa nº 10 vai trazer as regras e procedimentos, já com algum aprimoramento a partir das experiências da Instrução Normativa nº 5.
- ✓ A Constituição Federal assegura o direito à cultura e destaca a preservação das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, justificando a necessidade de ações afirmativas para combater o apagamento histórico.
- ✓ A diversidade cultural brasileira é o maior tesouro nacional e precisa ser preservada com monitoramento e acompanhamento de estratégias.
- ✓ O monitoramento das ações afirmativas é um desafio, exigindo capacitação de gestores e participação da sociedade civil para garantir a preservação da cultura brasileira e a implementação eficaz das políticas.
- ✓ Destaca a importância de que olhem para as especificidades territoriais e que identifique quais são as outras estratégias, quais são as outras cotas, quais são os percentuais adequados a cada uma das realidades.



SENADO FEDERAL

✓ O MinC não tem uma legislação específica que discipline sobre as ações afirmativas, estão no processo para implementar as primeiras experiências nacionais e coletar os primeiros resultados dessas experiências.

✓ A relação entre cultura e educação é essencial, com foco no ensino da cultura afro-brasileira e na colaboração entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação para avançar nessa pauta.

Letícia Cesarino, Chefe da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MCDH)

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ Destaca que na Assessoria de Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MCDH) foi criada uma coordenação para lidar com a questão da memória da escravidão, há também a Coordenação de Liberdade Religiosa, onde a questão da discriminação contra as religiões de matriz afro-brasileira também é tratada.

✓ Foi criada uma Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos ligada ao Gabinete do Ministro Silvio Almeida.

✓ Foi criada uma Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Mídias Digitais no (MCDH).

✓ Um dos eixos do Plano de Educação em Direitos Humanos é a educação dos profissionais da Justiça e segurança pública. É algo que está dando bastante atenção, porque, foi iniciada a revisão desse plano nacional.

✓ Trata sobre o conceito amplo de cultura e os desafios atuais na implementação de políticas de direitos humanos, destacando que o próprio conceito de direitos humanos está sendo contestado por forças contrárias ao avanço dessas políticas.

✓ Faz crítica as visões distorcidas de direitos humanos que tentam limitar esses direitos a certos grupos considerados "merecedores". Reforça que os direitos humanos são para todos.

✓ Nos últimos vinte anos a internet criou uma realidade paralela que afeta a implementação de políticas de direitos humanos, especialmente na educação, com a disseminação de revisionismos históricos sobre a escravidão, complicando o trabalho em escolas e na sociedade.

✓ Destaca a importância de uma abordagem não formal para a educação em direitos humanos, utilizando narrativas (storytelling) em filmes, séries e jogos, que chegam de forma mais eficaz às crianças, adolescentes e idosos dentro das comunidades digitais.

✓ O Ministro Silvio Almeida começou a fazer encontros com essa comunidade, para entender melhor quem são esses potenciais aliados para chegar a essa disputa por visão de mundo também.



SENADO FEDERAL

- ✓ Há uma necessidade de dialogar com novos intermediários e lideranças nos territórios digitais e religiosos, como as comunidades evangélicas, que têm grande influência, especialmente entre a população negra e de baixa renda.
- ✓ O MCDH tem uma linha de abertura que é o disque 100, ouvidoria, para o recebimento de denúncias em relação a perseguição e a censura sistemática a professores e educadores, inclusive com relação à questão do revisionismo histórico da escravidão.
- ✓ O projeto Mostra Cinema e Direitos Humanos, promove narrativas audiovisuais sobre direitos humanos e questões raciais em territórios como periferias e sistemas prisionais, uma vez que, neste ano está na 14ª edição. Neste ano, a homenageada é uma montadora negra, a Cristina Amaral.
- ✓ Foi retomada a parceria entre o MCDH e o Ministério da Cultura (Minc) com o audiovisual, que presta apoio na Mostra Difusão, que é onde os filmes tentam chegar com uma capilaridade maior no interior, nas periferias, nos territórios, e para fazer essa regionalização.
- ✓ O MCDH realizou parceria com Ministério da Justiça (MJ) para chegar aos sistemas prisionais, também ao socioeducativo, que possui uma população majoritariamente negra, trazendo a ideia de um storytelling ou narrativas de uma linguagem audiovisual, passando a mensagem de direitos humanos, inclusive, com relação à questão étnico-racial, mas com uma linguagem menos formal, menos pedagógica.
- ✓ As políticas culturais são totalmente centrais para a educação em direitos humanos.
- ✓ Defende que as ações afirmativas e as cotas raciais são justificadas por décadas de estudos e dados, e que o revisionismo histórico, que apaga a violência da escravidão, é uma das principais razões para a resistência contra essas políticas.
- ✓ Lembra o trabalho de Florestan Fernandes e outros estudiosos sobre o impacto da escravidão e o racismo estrutural no Brasil, destacando que o racismo ainda é uma realidade viva e presente na sociedade e online.
- ✓ Reforça a interseção entre raça, renda e gênero, e destaca que as cotas no Brasil são tanto sociais quanto raciais, e que as políticas não excluem critérios meritocráticos, como muitos acreditam.
- ✓ O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das maiores políticas de inclusão que temos no Brasil, porque ela pega segmentos de toda a população. Então, entende-se que essa população que se sente excluída precisa ter políticas públicas, principalmente de geração de renda e outras, que não passam por esse viés racial.

**Vanessa Machado, Diretora Substituta de Políticas de Ações Afirmativas do
Ministério da Igualdade Racial (MIR)**



SENADO FEDERAL

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ Destacou a importância das políticas afirmativas para a promoção da igualdade racial, inclusivas e para além da questão racial, abrangendo gênero e pessoas com deficiência. E reforçou o papel dessas políticas no campo da cultura como forma de reduzir as desigualdades históricas e persistentes no Brasil.

✓ A trajetória das ações afirmativas desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 é abordada, com destaque para a Lei de Cotas nas Universidades (Lei nº 12.711/2012) e a Lei de Ações Afirmativas nos Concursos Públicos (Lei 12.990/2014).

✓ Ressaltou a importância da aprovação de leis afirmativas no Congresso Nacional e elogiou o trabalho do Senado em fortalecer a Lei de Cotas no serviço público.

✓ Além da educação e mercado de trabalho, há políticas afirmativas em outras áreas como cultura e saúde. O programa Mais Médicos é citado como exemplo de ação afirmativa, incluindo reservas de vagas para médicos negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

✓ O Programa Federal de Ações Afirmativas, instituído pelo Decreto nº 11.785/2023, busca não só cotas e reservas de vagas, mas também bonificações, metas, critérios de desempate, cursos preparatórios, bolsas e políticas de acessibilidade, considerando as especificidades e as diversidades de cada grupo.

✓ Destaca o trabalho do Ministério da Igualdade Racial na implementação do programa, que visa promover direitos e equiparação de oportunidades. O programa mapeou ações afirmativas existentes e envolveu 16 órgãos federais.

✓ O programa visa incentivar que a administração pública federal adote políticas mais inclusivas em áreas como gestão de pessoas, comunicação e contratações públicas, promovendo igualdade de acesso a oportunidades.

✓ O programa busca que os órgãos governamentais reflitam sobre suas políticas e considerem a transversalidade de gênero, raça e deficiência, garantindo que esses grupos sejam beneficiários das políticas públicas oferecidas pelo Estado.

✓ O decreto do programa traz inovações, ampliando as modalidades de ações afirmativas além de cotas e reservas de vagas, como bonificações, metas, critérios de desempate, cursos preparatórios e assistência financeira, além de acessibilidade em várias formas.

✓ No início do semestre, o Ministério da Igualdade Racial fez um levantamento que revelou a existência de mais de 400 ações afirmativas em andamento em 22 ministérios. Atualmente, o foco está em criar planos de ação específicos para cada ministério.

✓ O Ministério da Cultura tem sido um dos mais comprometidos, com 72 iniciativas cadastradas, incluindo editais com cotas para pessoas negras, indígenas, com deficiência e mulheres, além de apoio financeiro para preservação cultural e produções artísticas.



SENADO FEDERAL

✓ Editais e prêmios foram criados para valorizar as culturas quilombolas, indígenas e negras, promovendo o desenvolvimento dessas comunidades e suas expressões culturais.

✓ O Ministério da Cultura produziu um guia sobre a implementação de ações afirmativas na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, ajudando a orientar a aplicação dessas políticas no setor cultural.

✓ No próximo ano, todas as ações afirmativas dos ministérios serão disponibilizadas publicamente, permitindo que a sociedade conheça as iniciativas de inclusão e diversidade promovidas pelo governo.

✓ As políticas afirmativas visam garantir que grupos historicamente marginalizados tenham acesso a recursos para preservar e promover suas produções culturais, garantindo sua reprodução nas comunidades.

✓ A representante do Ministério da Igualdade Racial reafirmou a importância do diálogo contínuo com o Senado e demais ministérios para a construção de políticas afirmativas em todas as áreas sociais, reforçando o compromisso com a inclusão.

✓ A produção de guias e a divulgação das ações afirmativas na página do Programa Federal de Ações Afirmativas, visando a maior transparência e informação à sociedade brasileira, são discutidas.

✓ Abordou a necessidade de maior acesso à informação sobre políticas afirmativas para jovens negros, indígenas e quilombolas. E anunciou o lançamento de uma cartilha para estudantes do ensino médio.

✓ É enfatizada a riqueza cultural do Brasil na presença múltipla de culturas e a importância de as ações afirmativas garantirem acesso a recursos para expressões culturais diversas.

✓ As dificuldades para a implementação da Lei nº 10.639, que aborda a história e cultura africana e afro-brasileira, são mencionadas, destacando a importância do orçamento, financiamento e formação de professores.

✓ A criação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolas Quilombola (PNEERQ) pelo Ministério da Educação é um passo importante para fortalecer a implementação da Lei 10.639. A representante acredita que, com essa política, serão dados avanços significativos na institucionalização da educação étnico-racial.

✓ Reforça a disposição do Ministério da Igualdade Racial em continuar dialogando e trabalhando na transformação da sociedade.

Yuri Michael Pereira Costa, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União (DPU)

Principais tópicos abordados pelo convidado:



SENADO FEDERAL

- ✓ A Defensoria Pública da União, enquanto fruto de uma política de reparação, presta assistência jurídica para pessoas e coletivos hipossuficientes.
- ✓ No que tange à assistência a pessoas negras no Brasil, o Grupo de Trabalho atua sobre cotas em universidades e acesso ao serviço público.
- ✓ A atuação da Defensoria Pública da União que, em conjunto com a Associação Brasileira de Pesquisadoras e de Pesquisadores Negros (ABPN), protagonizou a elaboração dos primeiros diagnósticos sobre as implicações dos dez anos da Lei de Cotas Raciais para o acesso a universidades
- ✓ A produção e o tratamento de dados mostram-se descontinuados sobre políticas de reparação histórica, mais especificamente sobre política de cotas voltada à população negra, à população indígena, e, mais recentemente, também à população quilombola.
- ✓ O Grupo de Trabalho Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública vem elaborando uma nota técnica sobre a atuação das comissões de heteroidentificação, que será enviada às três esferas do poder público: diversos ministérios (Poder Executivo), ao Poder Legislativo no âmbito federal, estadual e câmaras municipais de capitais e ao CNJ (Poder Judiciário).
- ✓ Assunto que, junto à Defensoria Pública da União, envolve judicializações, as comissões de heteroidentificação avaliam a autodeclaração vendo se, fenotipicamente, o indivíduo deve ser contemplado como cotista.
- ✓ Sendo um instrumento institucional, são parte de uma política de reparação histórica que buscam mitigar os efeitos da escravização da população africana, afrodescendente e indígena. A escravidão fora uma política pública institucionalizada, prevista em lei, legitimada por atos do Legislativo, da Corte brasileira/portuguesa e por atos do Poder Judiciário.
- ✓ O Estado que, anteriormente institucionalizou uma política de violação sistemática a direitos humanos, hoje tem obrigação, inclusive jurídica, na leitura da Defensoria Pública, de promover políticas de reparação.
- ✓ As cotas vêm de encontro ao principal argumento que é utilizado para a manutenção do racismo, sobretudo institucional, em nosso país, que é acerca da meritocracia.
- ✓ Acerca do levantamento e o tratamento de dados sobre a política, nota-se que não há séries históricas densas sobre as políticas sociais étnico-raciais. O movimento negro assume, por conseguinte, esse protagonismo.
- ✓ Outro aspecto é o letramento das instituições, como publicidade e transparência nas políticas de cotas étnico-raciais
- ✓ O terceiro elemento é cultura que cerca essa política pública, como a importância das cotas, do fundamento histórico e jurídico dessas cotas, pessoas que tiveram



SENADO FEDERAL

a realidade positivamente impactada por essas cotas. Pontua, por vezes, a mídia acerca de questões de fraudes.

✓ Há a necessidade de ter uma perspectiva interseccional da política. É importante que a política de cotas étnico-raciais dialogue adequadamente com elementos de impacto social

✓ A política de cotas étnico-raciais relaciona-se a outras formas de reparação histórica, como o incentivo à permanência, o acesso a cargos de direção, de chefia, de representatividade.

✓ Em virtude da tentativa de desqualificação da política de cotas raciais, levantam-se e apresentam-se dados. Dentre os vários, cita-se o Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares Contínuas, a partir do Censo demográfico – cunhado pelo IBGE como estudo de desigualdade por cor e raça no Brasil.

✓ Sendo uma série histórica que vai de 2012 a 2021, a média de remuneração domiciliar de pessoas brancas, conforme dados de 2012, esteve em R\$1.866; ao passo que a de pessoas pretas em R\$965; a de pessoas pardas, R\$945.

✓ Em 2021, o quadro estatístico mostra que a população branca tem média salarial de R\$1.924, a população preta tem média salarial de R\$1.015 e população parda com média de R\$958 reais.

✓ Os dados desvelam a discrepância da média de salário da população branca para a população preta e parda e a proximidade muito grande da média entre a população preta e a população parda, cujo coletivo pode ser expresso como população negra.

Cleber Santos Vieira, Assessor da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC)

✓ As ações afirmativas são reduzidas a uma perspectiva apenas de reserva de vagas, seja no concurso público, seja no vestibular, seja em outros editais. Conforme a antiga estrutura do Ministério da Educação e Cultura, esses dois elementos estiveram integrados. Conforme o projeto ministerial atual, essa separação tem sido respondida ao longo da história com pontes, programas, com projetos interministeriais.

✓ Há a necessidade de uma formação integral e humanística, em que habilidades, conhecimentos, aprendizagens, técnicas devem estar alinhadas com valores democráticos, valores de respeito à diversidade e valores de respeito às diferenças.

✓ Em vista da intersecção entre educação e cultura, houve, no Governo Dilma, o Programa Mais Cultura nas Escolas, que transferia dinheiro direto para escolas desenvolverem projetos culturais em parceria com entidades e organizações da sociedade civil - como grupos culturais – que complementava a formação das disciplinas e, por conseguinte, complementava a formação do estudante



SENADO FEDERAL

✓ Fora realizado, no ano passado, um seminário entre o MinC e o MEC sobre cultura e educação, numa tentativa de recuperação do espírito de integração entre esses fatores.

✓ Pontua-se, por exemplo, a discussão com a Secretaria de Formação, Livro e Leitura articulando de que maneira incide a cultura na educação de tempo integral juntamente com o Programa Pé-de-Meia de estudantes. Havendo a permanência integral no ambiente escolar, atividades culturais e o acesso a bens culturais numa perspectiva dessa formação devem ser inseridos.

✓ Nessa integração, cita a importância da leitura e livros como elemento da integração entre educação e cultura: bibliotecas, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático e o Plano Nacional do Livro e Leitura.

✓ A cultura está inserida no currículo das escolas a partir da lei máxima da educação brasileira - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que parametriza as responsabilidades do Ministério da Educação em relação às etapas e modalidades da educação brasileira.

✓ O art. 26-A da LDB foi alterado pela Lei 10.639 e depois pela Lei 11.645, a história e a cultura afro-brasileira, africana, indígena foram contempladas como obrigatórias na formação dos estudantes. Tem-se hoje a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola - que foi publicada e assinada pelo Ministro Camilo Santana no dia 14 de maio de 2024, na Portaria MEC nº 470.